

**MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA (MNMMR):
A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UMA LUTA E O ENSINO DE HISTÓRIA.**

Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

bernardotenorio14@gmail.com

1. Ensino de história e participação cidadã das crianças e adolescentes

O motivo principal que nos levou a escrever esse artigo é compartilhar com os interessados algumas reflexões acerca de como o MNMMR se relaciona com o ensino de história, na perspectiva de oferecer uma narrativa que quebre o tom adultocêntrico da história escolar. Ao final apresentaremos um roteiro explicativo, descrevendo o processo de constituição do livro paradidático “Das ruas para as aulas de história”, escrito como material didático e disponível no portal Capes.

O tema específico de nossas investigações é um problema de aprendizagem histórica, e tem a ver tanto com a capacidade de lidar com modos de operações de segunda ordem, quanto com conhecimentos ligados a conteúdos substantivos da narrativa histórica¹ (LEE, 2016).

A questão é: como ensinar aos estudantes, principalmente aqueles que estão no ensino médio, que a vida social, cultural e política é repleta de historicidade? E que ao mesmo tempo, eles, enquanto sujeitos históricos, também são capazes de agir ativamente no seu processo de constituição, produzir rupturas ou influir em continuidades?

Notadamente a motivação que se impõe é a de promover uma aprendizagem mais eficaz acerca do protagonismo social na história, de como estimular nos estudantes o domínio da noção de que eles são sujeitos nesse processo.

¹ Os conteúdos substantivos são aqueles relacionados diretamente com um conhecimento histórico específico acerca de um determinado tema: ditadura civil-militar no Brasil, Revolução Praieira de 1848. Já os conteúdos de segunda ordem são aqueles que operam, “por trás” da consciência cognitiva do estudante e tem haver com o modo como se apreende o conhecimento histórico, lidando basicamente com conceitos: tempo, cronologia, continuidade, ruptura.

Dada essa constatação, surgiu uma inquietação sobre o motivo pelo qual mesmo com o aparente consenso historiográfico de que movimentos sociais como: diretas já, CEBS, novo sindicalismo, foram influentes no processo histórico, nossos alunos do ensino médio ainda se encontram distantes de representar as transformações desse período como fruto da ação popular. Quando interrogados, a maioria deles, reporta que tal processo foi uma abertura comandada pelos próprios militares, no máximo com uma atuação intensa dos políticos, deputados e congressistas em geral.

Como fruto de nossas pesquisas, aventamos a possibilidade de que tal distanciamento dos estudantes com o momento histórico da redemocratização se dava pelo fato de que a maioria das narrativas histórico escolares, apresentam um viés adultocêntrico². Tais escritas trazem como personagens principais de seus enredos figuras adultas, o político, o sindicalista, o padre... Tal ponto de vista, dada a importância que o livro didático ainda tem na construção da narrativa- aula do professor de história, acaba por ocultar o fato de que meninos e meninas também lutaram nos períodos históricos estudados, e que como consequência lógica, podem se constituir em sujeitos ativos e protagonistas do seu próprio tempo.

Essa percepção vai ao encontro de promover o movimento de identificação entre o estudante e os atores destacados na narrativa histórico escolar. Nossa ideia é de que com essa identificação facilitada, a operação da empatia histórica (LEE, 20010), se dará de modo mais intenso proporcionando um significativo ganho na aprendizagem histórica.

Em momentos como o que vivemos, nos quais os ventos autoritários começam a refluir e o discurso marcado pelo ódio às diferenças ganha força, nos parece mais importante do que nunca envidar esforços para fortalecer o ensino de história nas escolas. Remédio necessário, mas não suficiente para favorecer o debate sobre o período militar, e de como nessa época os direitos humanos foram de inúmeras formas vilipendiados.

² O termo adultocêntrico, deve ser atribuído a qualquer narrativa que invisibilize as crianças e adolescentes ou que as semicultem, tratando as apenas como elementos figurativos da escrita didática ou ainda negando-lhes o protagonismo histórico e social.

2. Uma visão sobre a narrativa histórico escolar adultocêntrica.

Num país que apesar de vivenciar muitos avanços na área da educação, especialmente nos últimos 15 anos, ainda possui severas limitações quanto a oferta de recursos didáticos o livro se oferece como mais disponível possibilidade para os professores.

As coleções e os respectivos livros escolhidos para a análise foram: *História das cavernas ao terceiro Milênio volume 3- Do avanço do imperialismo no século XIX aos dias atuais*. Editora: Moderna. Autores: Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota e *História: Sociedade e Cidadania, volume 3* da editora FTD e de autoria de Alfredo Boulos Júnior.

Os referidos livros foram adotados no ano de 2017 nas escolas: Estadual Madre Iva Bezerra de Araújo e Professora Luíza Guerra, ambas localizadas na região central da cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE.

Com relação às referências textuais presentes no material analisado, as crianças e adolescentes aparecem geralmente nas seguintes situações:

- primeiro como elementos meramente ilustrativos de um quadro que não está diretamente relacionado com a sua identidade ou com suas demandas e lutas históricas.
- Segundo: são descritas como sujeitos da ação histórica e de lutas por direitos humanos.

Exemplificando essas situações, destacamos trechos que se referem a ditadura civil-militar (1964-1985), e que fazem referência aos movimentos estudantis, nesse caso, os autores estudados narram a morte do estudante Edson Luís³, entretanto as coleções não concordam sequer com a idade do estudante morto: 17, segundo Boulos (2013, p.210), 18, segundo Braick e Mota (2013, p. 179). Apenas Braick e Mota (2013) o identificam como secundarista, mas para por aí. É importante destacar que nenhum dos autores faz qualquer referência a movimentos estudantis secundaristas, tão pouco citam o estudante morto como “adolescente”, preferindo o termo genérico de jovem.

³ Edson Luís, foi o estudante secundarista, morto por tropas da polícia do exército durante a desocupação do restaurante universitário, “Calabouço”, da UFRJ.

Analisando mais de perto à presença das crianças e adolescentes em movimentos sociais que são citados no texto dos livros, especificamente nos capítulos dedicados aos governos dos presidentes Collor, FHC e Lula, percebe-se que nesses trechos o MST, por exemplo, é relacionado algumas vezes, mas, nenhuma alusão é feita às crianças e aos adolescentes que sabidamente participam desse movimento.

Identificar as crianças e adolescentes como sujeitos de contextos históricos específicos é fundamental para proporcionar, aos jovens leitores das narrativas didáticas, a percepção de que a história é também o que se faz em meio à organização da luta por direitos. Os quais muitas vezes são negados, distorcidos ou manipulados. Proporcionar na dinâmica das narrativas didáticas um espaço para descrever a tessitura da mobilização desses sujeitos, é um aspecto decisivo para a constituição de uma empatia histórica nos estudantes do ensino médio.

Ainda com referência ao resultado da análise do modo como os textos didáticos dedicados ao período da ditadura civil e militar no Brasil (1964-1985) e ao período da redemocratização (1970-1990) tratam a visibilidade e o protagonismo social das crianças e adolescentes, constatamos uma completa ausência de qualquer referência a crianças e adolescentes no texto e nas imagens desse período. Se considerarmos o já citado caso do estudante Edson Luiz, como exemplo de foco nos adolescentes, teríamos aí a única exceção. Mas os próprios autores não o identificam como adolescente e apagam sua identidade de secundarista.

Nada, nenhuma imagem ou texto complementar que faça alusão a alguma forma de participação das crianças e adolescentes na história da ditadura e no processo de redemocratização. Nem mesmo para situá-los como vítimas de violações de direitos, o que ocorreu no caso dos filhos dos presos políticos, que foram privados da companhia de seus pais.

Braick e Mota (2013, pág. 180), trazem um texto complementar de autoria de Marcelo Rubens Paiva, no qual o autor, que era criança no período da ditadura, relembra a prisão violenta e traumatizante do seu pai, o deputado do MDB, Marcelo Rubens Paiva, mas não fazem nenhuma questão de destacar a violação sistemática dos direitos das crianças e adolescentes por parte da ditadura.

Consideramos emblemático também, analisar o modo como os textos narrativos dos dois livros didáticos abordam a constituição do mais importante documento sobre direitos das crianças e adolescentes em toda a história do Brasil, o ECA. A importância desse documento pode ser observada tanto na forma avançada com que trata as crianças e adolescentes, como no processo pelo qual se deu a constituição do estatuto. Foi no movimento de mobilização e de luta para a confecção do texto que os meninos e as meninas de rua foram decisivos, pois se organizaram em eventos, em marchas e em grupos que exerceram forte pressão política culminando com a aprovação da lei no congresso após a simbólica ocupação da câmara dos deputados. Promulgado em 1990, o ECA foi simplesmente apagado da narrativa dos dois livros didáticos que analisamos para esse trabalho.

Diante dessa constatação, pensamos ser necessário fazer o movimento de cotejar a realidade dos textos didáticos de história com os próprios instrumentos legais, que se ocupam de reger o processo de análise e recomendação dos livros didáticos (Edital de 2015 do PNLD para os livros do Ensino Médio). De acordo com esse documento oficial, as obras, consideradas aptas a serem utilizadas nas escolas, deverão observar os princípios éticos necessários à construção da cidadania. Ainda nessa perspectiva, cabe refletir acerca do cumprimento da lei 11.525/2007, a qual ordena a inclusão de conteúdo referente aos direitos das crianças e adolescentes no currículo do ensino fundamental. Sabemos que a interpretação legalista dirá que os livros do ensino médio não estão obrigados a tratar tais questões nos seus textos, mas pensando de forma mais inclusiva, afirmamos que os livros do ensino médio não se encontram justificados em excluir dos seus capítulos referentes à redemocratização e aos governos da nova república qualquer referência ao movimento de luta para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante de tais ponderações, consideramos necessário pensar sobre possíveis estratégias narrativas e didáticas, que possam dar conta da demanda social que é incluir, nos objetos de aprendizagem histórica das crianças e adolescentes, a narrativa da constituição dos seus próprios direitos.

2. História das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil

A trajetória de constituição do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNNMR), está intimamente relacionada com as questões ligadas à história das infâncias no Brasil. Apesar de as crianças e adolescentes não serem habituais temas da historiografia nacional, somos capazes de estabelecer marcos temporais que compõem o quadro de caracterização de como crianças passaram a ter na rua o seu principal espaço de convivência.

Com base nas pesquisas de Leite (2001), podemos afirmar que a trajetória das crianças abandonadas no Brasil tem início já no primeiro período da colonização portuguesa. A partir de 1550, já existem registros de que as primeiras crianças originárias da Europa foram trazidas para o Brasil, com o objetivo de facilitar a catequese dos índios. Tal objetivo se constituiu em um dos mais significativos princípios impulsionadores da colonização portuguesa, naquele que eles chamavam de novo mundo. Expandir a fé cristã era um dever que acreditavam ser um fardo do povo português ante os que reputavam como bárbaros.

A ideia de trazer crianças portuguesas para o Brasil recém “descoberto”, com o objetivo de facilitar a conversão dos povos nativos, nascia da concepção de que as crianças eram capazes de aprender a língua com mais facilidade, superando, assim, uma das maiores barreiras, tanto da conversão quanto da colonização: a língua.

Além da compreensão referente à chegada dos primeiros órfãos no Brasil, fica patente, a partir das pesquisas feitas por Leite (2001), que a perspectiva estereotipada e direcionada para enxergar as crianças e os adolescentes abandonados como subversivos, ou então portadores de um significativo grau de periculosidade, já se fazia presente no início do período colonial. A referida autora, citando as palavras de José de Anchieta, pioneiro da catequização de índios, e para quem as crianças e adolescentes portuguesas que vinham para o Brasil eram:

Um bando de moços perdidos, ladrões e maus que aqui chamavam de patifes. Isso porque, escreve ele, em pouco tempo, assediados pelas índias, não resistiram à tentação, fugindo com elas (...) é a gente mais perdida desta terra e alguns piores mesmo que os índios. (LEITE, 2001, p. 11,12).

Para além da descrição do processo do modo como foi se estruturando a presença das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil desde o período colonial, cabe buscar possíveis exemplos de movimentos suficientemente dinâmicos e inclusivos para se tornar parte de uma escrita didática visibilizadora das crianças e adolescentes.

O que nos propomos é apresentar o MNMMR como esse exemplo. No correr de nossas pesquisas, nos dedicamos a acompanhar a trajetória de constituição desse movimento com foco específico no estado de Pernambuco. Entretanto a constituição do MNMMR está diretamente relacionada com uma conjuntura histórica mais ampla que remete ao período final da ditadura civil-militar, no qual crises políticas

, econômicas e sociais aliadas ao crescimento da indignação popular faziam efervescer as ruas dos bairros, os encontros comunitários, as fábricas e os salões das paróquias pelo Brasil.

Movimentos como estes, surgidos no contexto da mudança de paradigma em relação ao atendimento às crianças e aos adolescentes marginalizados, que aqui no Brasil teve início a partir da década de 1980, tinham como princípio organizativo de sua teoria o repúdio ao modo como a FUNABEM⁴ e a FEBEM lidavam com as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de marginalização.

O início da estruturação do movimento, está ligado ao diálogo com o trabalho, que já existia em focos espalhados pelo país, principalmente nas áreas urbanas e que passou a ser objeto de uma tentativa de articulação.

Tal processo se deu mediante a organização de seminários e eventos que surgiam com a pretensão de mobilizar, organizar e fortalecer a ligação entre os diversos grupos envolvidos. A clara intenção de tais mobilizações era estabelecer uma rede nacional de conexões que envolvessem a maior quantidade de agentes de transformação social possível para potencializar ainda mais a luta.

Assim, segundo Pereira (2011), pode-se afirmar que o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua surge de um processo de organização da sociedade civil em prol dos direitos humanos, entre os anos de 1970 e 1980. Segundo esse pesquisador, a

⁴ FUNABEM/FEBEM: A Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais para o Bem-estar do Menor (FEBEM) foram criadas em 1964 em pela ditadura civil e militar. A FUNABEM era um organismo federal, de caráter diretivo e que traçava as políticas públicas com relação ao bem-estar dos menores. As FEBEM s eram órgãos locais e executores de tais medidas.

institucionalização do MNMMR se deu em Brasília como uma organização não governamental que tinha como objetivo articular, em nível nacional, as lutas pelos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de Rua, assim como servir de mobilizador para que elas próprias pudessem lutar por melhores condições de vida.

A partir da caracterização desse contexto nacional, focamos nossos esforços em acompanhar a constituição desse movimento no estado de Pernambuco, para isso dialogamos com memórias de militantes,(trata-se do livro “Porque existem meninos e meninas de Rua”, de Adriano Jansen, importante militante e um dos fundadores do movimento em Pernambuco), entrevistas com meninos e meninas que viveram nas ruas, ou ainda com documentos produzidos pelo próprio MNMMR, como as cartilhas dos encontros nacionais em Brasília nos anos de 1986 e 1989, além do jornal O grito dos Meninos e meninas de Rua, publicado em Pernambuco desde o início da década de 1980 até o final do século XX.

Como a proposta central desse artigo é oferecer uma alternativa ao discurso adultocêntrico da história escolar por meio da apresentação do MNMMR, apresentaremos um roteiro básico com a descrição do livro paradidático intitulado Das Ruas para as aulas de história, de nossa autoria e que acreditamos será útil para esclarecer nosso caminho de pesquisa e de produção didática

3. Das ruas para as aulas de história: os bastidores de uma aventura

O objetivo principal do livro paradidático é focar em três episódios relacionados à história da formação e consolidação da luta do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Esses três episódios, segundo a análise prévia dos textos que fizemos, não se encontram dispostos nem no texto principal, nem nos boxes complementares de nenhuma das coleções mais adotadas para o ensino de história nos terceiros anos do ensino médio em Pernambuco.

A inovação que introduzimos, quanto aos recursos narrativos, consiste na adoção do tom mais próximo do ficcional. Nossa proposta é inovar pela escolha dos episódios a serem apresentados e pela seleção dos textos, a fim de sensibilizar e dinamizar o trabalho

que os professores de história poderão desenvolver em suas aulas, a partir do livro que oferecemos

A produção do livro paradidático atendeu o ponto de vista de encadear conteúdos históricos, fruto de pesquisa historiográfica e bibliográfica, na estrutura de um enredo ficcional. Construimos uma narrativa, fictícia, na qual a personagem principal, um professor de história e educador social, que foi menino de rua e participante dos movimentos sociais pelos direitos humanos das crianças e adolescentes, sente a necessidade de sensibilizar seus alunos do terceiro ano do ensino médio acerca da participação do MNMMR na luta pela consolidação dos direitos humanos durante o período da redemocratização.

3.1. O Enredo

A dinâmica narrativa segue o ritmo e o desenrolar dos fatos que acompanham a trajetória de “Bruno” (o narrador da história), desde sua saída de casa até o momento da ocupação do plenário da câmara dos deputados, no dia em que simbolicamente o E.C.A. foi aprovado. A ideia é preencher essa estrutura narrativa ficcional com dados históricos relacionados com a trajetória dos movimentos sociais em Pernambuco e no Brasil.

Alguns momentos do enredo são notáveis, e o professor, que utilizará o livro em sala de aula, deve estar preparado para chamar a atenção dos alunos/leitores para identificar esses marcos pessoais da trajetória do narrador, que se coadunam com os marcos históricos no processo de luta por direitos das crianças e dos adolescentes de rua. A chegada à rua, o modo de viver, de estabelecer formas de sociabilidade e o impacto com a morte de um companheiro, devem ser destacados.

O livro não se furta em visibilizar partes sensíveis da realidade vivenciada pelos meninos. O narrador admite no texto o uso de drogas e a prática de pequenos delitos. Fala sobre o clima conflituoso entre os meninos e a polícia, destacando que eram vítimas da violência, tanto policial quanto das milícias organizadas pelos lojistas.

Em meio ao clima tenso, e ao mesmo tempo livre das ruas, uma tragédia precipita a decisão do personagem-narrador de sair das ruas, essa resolução é facilitada pelo encontro com educadores de um movimento social atuante em Pernambuco e na Paraíba.

Nesse ponto, o texto passa a descrever a vida de “Bruno”, em meio ao desenvolvimento das lutas protagonizadas pelo MNMMR.

É descrita uma parte do processo de integração no sítio “capim de Cheiro”, importante local de acolhimento para meninos e meninas de rua poder reconstruir suas vidas e definirem, em linhas gerais, seus projetos de vida. A trajetória escolar também é narrada em meio ao contato com as reuniões dos grupos ligados aos movimentos e à descoberta das ideias de Paulo Freire, que intensificaram o processo de conscientização política.

A leitura da carta dos meninos de Belém, que é narrada no texto, deve ser considerada como um dos principais momentos do enredo e explorada em toda sua simbologia. Em seguida, a trama se precipita a descrever o primeiro encontro nacional dos meninos e meninas de rua, ocorrido em Brasília no ano de 1986. O trecho da narrativa dedicado a esse fato também cuida de visibilizar a opinião política das crianças e dos adolescentes sobre o contexto social, econômico e cultural no qual viviam em meados da década de 1980.

O ápice da trama se dá com a convocação para o segundo encontro nacional, que coincide com a ocupação do plenário da câmara dos deputados pelos meninos e meninas com a intenção de pressionar politicamente os representantes legislativos a aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2. As personagens

Embora a trama seja fictícia, algumas personagens foram livremente inspiradas em personalidades reais, que viveram dedicadas à luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente dos marginalizados pela sociedade. Abaixo uma lista com as principais figuras do enredo e comentários sobre sua importância:

Bruno: é a personagem principal, narrador do livro, é sua história pessoal que serve como fio condutor da trama. Foi livremente inspirado na trajetória de vida de vários educadores sociais que fizeram a transição de meninos de rua para as formas de sociabilidade aceitas e estabelecidas pela sociedade.

Mindinho: personagem fictícia, livremente inspirada em depoimentos de meninos de rua, que descreviam alguns de seus companheiros, especialmente os mais jovens que, mal saídos da primeira infância, tinham que enfrentar a realidade das ruas.

Mãe / padrasto de Bruno: A ideia de trabalhar com essas personagens é demonstrar a fragilidade e a importância dos laços familiares no processo de condução das crianças ao convívio nas ruas. Elas são inspiradas em depoimentos dos meninos e meninas, acerca dos motivos que os levaram a viver nas ruas.

D. Vanda, Nancy e as “tias da cantina”: Personagens inspiradas nos relatos dos meninos e meninas sobre funcionários das escolas nas quais estudaram. O objetivo de incluí-las na narrativa é homenagear os educadores escolares, que são sensíveis à causa dos meninos e meninas de rua.

Humberto: A personagem é livremente inspirada numa coletânea de características de alguns educadores sociais de fora de Pernambuco, como o Padre Bruno Sechi e Benedito dos Santos, Fundadores, junto com os meninos, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Adriano e Helena Jansen: Essas são inspiradas em dois dos mais importantes educadores sociais de Rua de Pernambuco, os nomes inclusive são uma homenagem a eles. No enredo, as ações praticadas são imaginadas com base em pesquisa bibliográfica, que guarda muita verossimilhança com os depoimentos dos próprios educadores.

3.3. Os documentos históricos

O livro traz no corpo do texto alguns documentos históricos, a ideia é familiarizar os estudantes com o conceito de evidência histórica, e também estimular a habilidade da interpretação de textos escritos ou iconográficos. Abaixo segue uma lista dos mesmos:

Texto do movimento do Rio Grande do Sul: O texto que se encontra na página 21, do livro paradigmático é uma adaptação de um trecho da cartilha do II encontro nacional dos meninos e meninas de rua, realizado em Brasília em 1989.

A carta dos meninos de Belém: O documento reproduzido no texto é uma imagem de uma das páginas da cartilha do I encontro nacional dos meninos e meninas de

rua, ocorrido em Brasília em 1986, e se encontra na página 25 do paradidático. A carta representa um dos maiores símbolos, ligado à história do movimento, pois evoca a expressão da livre vontade dos meninos e meninas de se reunir com os companheiros de outras partes do Brasil e lutar por seus direitos.

Opinião sobre a educação I, II e III: O conjunto de três imagens, extraídas da cartilha do I encontro nacional, se constitui numa representação gráfica da opinião dos grupos de meninos e meninas de rua sobre o tema da educação. A ideia foi visibilizar a opinião dos garotos e proporcionar aos leitores do livro, além do contato com uma fonte primária, a possibilidade de exercitar a habilidade da interpretação de textos em linguagem híbrida (literária e desenho).

Primeira página da edição extra do jornal “O grito dos meninos e meninas de rua”: O documento é uma imagem da primeira página do jornal o “Grito dos meninos e meninas de rua”, edição de 1988. Publicado pelo movimento em Pernambuco, no qual interagem, produzindo, educadores sociais e as próprias crianças e adolescentes. O documento traz uma referência à carta aberta que os meninos e meninas dirigiram à população pernambucana, expondo seus propósitos e pontos de vista.

Artigo do jornal “O Grito” sobre assassinato de um menino de rua: O documento é uma imagem de um artigo-denúncia, no qual o movimento aponta a violência contra os meninos e meninas de rua como um mal a ser combatido por toda a sociedade.

Imagens da ocupação da passeata e da ocupação do plenário da câmara pelos meninos e meninas de rua: São três imagens, fotografias que foram produzidas durante o II encontro nacional e durante a ocupação do plenário da câmara. A ideia é que elas possam ser trabalhadas pelo professor como evidência histórica e como elemento para viabilizar a imaginação histórica, importante para o processo de empatia com outros sujeitos.

3.4. Espaço geográfico da narrativa

A narrativa se passa em Recife-PE. A maior parte das ações faz referência a pontos destacados do centro da cidade. No corpo do texto são citados a Av. Guararapes,

importante via comercial e administrativa na qual se situa a sede dos Correios, a assembleia legislativa do estado de Pernambuco, que fica na Rua da Aurora e o prédio hoje conhecido como “Paço Alfandega”, um dos prédios históricos mais antigos de Pernambuco, construído no século XVII e que serviu como sede da alfândega durante o domínio holandês. Esses aspectos completam o quadro espacial de referência no texto (FUNDAÇÃO, 2000).

O pátio da Igreja de nossa Senhora do Carmo também é situado no texto como palco de alguns episódios. A igreja é uma obra muito significativa na arquitetura recifense, pois, além de remontar ao século XVII, expressa a marcante presença das ordens religiosas na cultura pernambucana e brasileira, no caso específico, da ordem dos freis carmelitas.

Outro espaço incluído no texto é o sítio Capim de Cheiro, que preserva o nome e a localização do sítio original, o qual inspirou o do livro. Localizado na Paraíba, se configurou num dos mais importantes centros de apoio aos meninos e meninas de rua. A localização da sede do MNMMR, colocada na história no bairro de Santo Amaro, traz para a narrativa esse histórico e importante bairro de Recife, que se originou ainda no século XVII e tem sua fundação relacionada à construção de uma fortificação militar. Os demais espaços relacionados são referentes a pontos conhecidos nacionalmente, como: o ginásio do estádio Mané Garrincha e o congresso nacional em Brasília.

3.5. As Fontes

O Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN) foi decisiva fonte de documentos e consultas, colocando a nosso dispor fontes bibliográficas como o livro: *“Porque tem meninos e meninas de rua”*, de autoria de Adriano Jansen, que serviu como referência para a construção de personagens e episódios do enredo.

Além dessa obra, foi no LAHIN que tivemos acesso às cartilhas e imagens referentes aos encontros nacionais dos meninos e meninas de rua, bem como às edições digitalizadas do jornal “O grito dos meninos e meninas de rua”. Sem dúvidas esses documentos foram importantes, não apenas como fontes historiográficas para a elaboração do paradidático, mas também como elementos didáticos, uma vez que alguns

deles foram incluídos no texto como ferramentas para potencializar a aprendizagem histórica.

Outra fonte também decisiva foi a transcrição de entrevistas, realizadas por membros do laboratório, com personalidades ligadas à história de luta dos movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes. Alguns, inclusive, trazem em sua trajetória as memórias de vivências nas ruas e espaços públicos.

Construímos um material didático de história que, embora tenha um contexto narrativo ficcional, foi erguido com um sólido apoio das evidências pesquisadas, principalmente nas fontes que relacionamos acima. Tal constatação é importante para que os professores, ao utilizarem o material, possam pontuar com os alunos a ideia de que o conhecimento historiográfico pode, ao menos na forma de apresentação escrita ao leitor, compartilhar com a literatura algumas características básicas.

4. Considerações finais

Considerando que nossa análise do texto didático foi eficaz em demonstrar o caráter adultocêntrico da escrita escolar, especialmente quando se trata do período referente a ditadura civil-militar e redemocratização (1964-1990), concluímos que, dada a relevância exercida pelos livros didáticos no fazer cotidiano das aulas de história, é importante visualizar alternativas didáticas capazes de suprir essa lacuna na literatura voltada para o ensino de história.

A trajetória de constituição do MNMMR, assume todas as características necessárias para promover uma narrativa história que venha a quebrar o predomínio das personagens e enredos adultos. Um movimento formado por meninos e meninas, que se uniram, conviveram e lutaram juntos, chegando inclusive a desempenhar papel dominante no processo de elaboração do ECA, é exemplar, caso queiramos trazer uma narrativa em que crianças e adolescentes sejam protagonistas da história.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Processos de construção do saber histórico escolar**. HISTÓRIA & ENSINO, Londrina: v. 11, jul. 2005.

ARAÚJO, Cinthia M. **Formando sujeitos: as alianças entre o ensino de História e a Educação em Direitos Humanos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC- Rio, Rio de Janeiro: 2006.

BARCA, Isabel. **Literância e consciência histórica**. Educar, Curitiba: especial, p.93-112, Ed. UFPR, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2017.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania: 3º ano**. São Paulo: FTD, 2013.

BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Myrian Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs). **Introdução Ensino fundamental: MEC/SEF**, Brasília: 1998.

_____. Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs), **História**. Ensino Fundamental, terceiro e quarto ciclos, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

JANSSEN, Adriano. **Porque tem meninos e meninas de Rua**. Olinda: CCS, 2013.

JORNAL O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. Recife, outubro de 1988.

_____. Recife, agosto de 1989.

_____. Recife, novembro de 1989.

LEE, Peter. **Literância histórica e história transformativa**. Educ. rev. [online]. 2016, n.60 [citado 2016-07-30], pp.107-146. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/scielo.Php? Script=sci_arttext&pid=S010440602016000200107&lng=pt&nrm=ISO>. ISSN

0104-4060. HTTP: //dx. doi.org/10.1590/01044060.45979. Acesso em 18 de abril de 2018.

LEITE, Lígia Costa. **Meninos de Rua: infância excluída no Brasil**. São Paulo, SP: Atual, 2001.

MARTINS, Estevão de Rezende, BARCA, Isabel, SCHMIDT, Maria Auxiliadora, **Jorn Rusen e o Ensino de História**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2011.

MATTOS, Hebe. **História e movimentos sociais**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (or.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MNMMR. **Cartilha do I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua**, Brasília: 1986.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua no Recife, 1980**. XVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos Historiadores velhos e novos desafios, Florianópolis: SC. 2015.

_____ **A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da ditadura**. USP – Ano VI, n. 10, p. 159-176, 2015.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v.9 n.2, p.191-211, 2003.

MOREIRA, Djan. **Entrevista concedida a Humberto da Silva Miranda**. Teresina-PI, 13/03/2015.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação Social de Rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

PEREIRA, Antonio. **A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua**. *Educação em Revista, Marília*, v.12, n.2, p. 125-144, Jul. Dez., 2011.

PNLD Guia de livros didáticos: **PNLD 2015: história: ensino médio**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

RIZZINI, Irene, CADEIRA, Paula, CARVALHO, Luiz Marcelo. **Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC, 2010.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos Santos. **Aula inaugural. Visão Histórica da Infância, ECA na Escola**, Instituto Promenino, São Paulo, 2000.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019